

Relatório da Administração

A administração do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de forma comparativa à 30 de junho de 2015, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, auditadas pelos Auditores Independentes, sem modificação. O Banco ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A, recebeu autorização para funcionamento em 19 de Dezembro de 2012, pelo Banco Central do Brasil. Em 2016, entrou em seu quinto ano de ciclo operacional, em comparação com seu plano estratégico, vem atingindo seus objetivos de adaptação e posicionamento no mercado brasileiro, pois no primeiro semestre de 2016, atingiu um resultado positivo no valor total líquido de impostos de R\$ 3.975 (R\$4.347 mil em junho de 2015). O resultado do semestre será destinado para Reserva Legal, conforme regulamentação no valor de R\$ 199 (R\$ 217 mil em junho de 2015), e R\$ 3.766 mil (R\$ 1.844 mil em junho de 2015) para Reservas Estatutárias. Autorizado a operar com as carteiras comercial e de investimento e autorização para realizar operações no mercado de câmbio, o banco tem como estratégia operacional que contempla principalmente clientes "corporate" que atuam no mercado internacional e empresas

internacionais que tenham subsidiárias no Brasil com necessidades específicas para atuação no mercado de "Trade Finance". O resultado deste semestre basicamente está constituído de Resultado com Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito e intermediação financeira, contemplando inclusive assessoria aos nossos clientes em transações internacionais. O volume de Provisão para Devedores Duvidosos no valor total de R\$ 1.031 mil, com base na Resol. 2.682/BACEN, sendo sua movimentação no resultado do semestre um valor total de R\$ 494 mil, e R\$ 779 mil de reversão, líquido de R\$ 285 mil no resultado. As despesas administrativas mantem-se em nível razoável e adequado a estrutura do Banco no Brasil e as despesas tributárias são compatíveis com o resultado do banco. O Banco adota para o processo de apuração de impostos pelo Lucro Real anual, com processo de antecipação (suspensão e redução ou receita bruta) com base na regulamentação vigente. A administração acompanha o resultado e a performance do Banco em comparação ao plano estratégico de negócios traçado para as operações no Brasil, o qual vem demonstrando alinhamento e com performance positiva em relação ao estimado, o qual fundamenta sua estratégia traçada para início das operações e primeiros anos do ICBC no Brasil. O Banco mantém estrutura para

administração de risco compatível com o nível de atividades do Banco, sendo seus valores monitorado diariamente como Risco de Mercado, Operacional, Liquidez e de Crédito, através da área de gerenciamento de risco e mensalmente através do Comitê de Gerenciamento de Risco, sendo, quando necessário, adotadas medidas e decisões, que contribuem com o adequado enquadramento dos riscos aos níveis compatíveis com a estrutura e negócios do banco. O Banco já encontra-se devidamente enquadrado no processo de apuração de instrumentos financeiros com base nas Resoluções 4.277 e 4.389, com objetivo de proceder ajustes prudenciais quando aplicáveis, com implementação de políticas e procedimentos e adequação do processo de governança corporativa, conforme requerido na regulamentação vigente. Não houve ajuste prudencial em 30 de junho de 2016. O Banco vem acompanhando de forma cautelosa o processo de crise política e econômica do Brasil, e continua com sua estratégia de manutenção e suporte à seus clientes, e acreditamos na retomada do crescimento do Brasil e por consequência os negócios internacionais em 2016 e nos próximos anos, o ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A, visa crescimento nas operações de "Trade Finance" e por consequência no crescimento da carteira de clientes ativos.

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2016 e 2015

	Nota	2016	2015
Circulante		623.305	601.505
Disponibilidades	(4), (5)	65.055	3.213
Disponibilidades em moeda		225	188
Disponibilidades em meio estrangeira		64.830	3.025
Aplicações interfinanceira de liquidez	(5)	106.434	77.780
Aplicações interfinanceiras de liquidez		70.499	36.599
Certificados de depósitos interfinanceiros		35.935	41.181
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		217.245	264.351
Carteira própria livre	(6)	207.129	264.351
Vinculado à prestação de garantias	(6)	2.307	–
Instrumentos financeiros derivativos	(7)	7.809	–
Relações interfinanceiras		566	1.557
Reservas compulsória junto ao Banco Central do Brasil		566	1.557
Operações de crédito		84.620	74.930
Empréstimos e títulos descontados	(8)	40.374	–
Financiamento à exportação	(9)	44.693	15.515
Financiamento em moeda estrangeira	(9)	–	59.714
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10)	(447)	(299)
Outros créditos		149.374	179.664
Adiantamentos diversos	(12) a	119	21
IRPJ/CSLL a compensar	(12) b	2.910	1.505
Crédito tributário s/marcação a mercado	(12) c	146	–
Valores a receber sociedades ligadas	(12) d	103	–
Carteira de câmbio	(11)	146.713	178.715
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa - outros créditos	(10)	(617)	(577)
Outros valores e bens	(13)	9	10
Despesas antecipadas		9	10
Realizável a longo prazo		–	15.404
Operações de crédito		–	15.404
Financiamento à exportação	(9)	–	15.559
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10)	–	(155)
Permanente	(14)	1.605	2.089
Imobilizado		1.561	2.074
Instalações, móveis e equipamentos de uso		92	94
Outras imobilizações de uso		2.338	2.315
(-) Depreciações acumuladas		(1.709)	(1.155)
Ativo intangível		44	15
Ativo intangível		56	17
(-) Amortização acumulada	(12)	(12)	(2)
Total do ativo		624.908	618.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2016	2015
Passivo		410.765	367.575
Circulante		6.819	33.109
Depósitos à vista	(15)	6.819	33.109
De pessoa jurídica		6.819	33.109
Depósitos a prazo	(15)	40.660	104.234
Certificados de depósito bancário		40.660	104.234
Relações interfinanceiras	(16)	228	88
Valores remetidos a compensar		228	88
Recursos em trânsito	(17)	14.152	46
Recursos em trânsito de terceiros		14.152	46
Obrigações por empréstimos e repasses	(18)	335.546	224.213
Obrigações moeda estrang. exportação até 360 dias		216.299	43.566
Outras obrigações em moeda estrangeira		119.247	180.647
Instrumentos financeiros derivativos	(7)	7.844	–
Instrumentos financeiros derivativos		7.844	–
Outras obrigações		5.516	5.885
Fiscais e previdenciárias	(19) a	4.220	3.663
Provisão para pagamentos a efetuar	(19) b	1.229	1.287
Cretores diversos país	(19) c	–	147
Cobrança e arrecadação de tributos	(19) a	3	788
Carteira de câmbio	(11)	64	–
Exigível a longo prazo		–	46.671
Obrigações por empréstimos e repasses	(18)	–	46.671
Outras obrigações em moeda estrangeira		–	46.671
Patrimônio líquido		214.143	204.752
Capital		–	–
De domiciliados no exterior	(20) a	202.100	202.100
Reserva legal	(20) c	4.733	272
Reservas estatutárias	(20) e	11.035	2.286
Ajuste de avaliação patrimonial	(20) e	275	94
Lucros acumulados do semestre		–	–
Total do passivo		624.908	618.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015

	Capital Realizado	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Avaliação Patrimonial	Ajuste de Lucro/(Prejuízo) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	202.100	55	–	131	(1.844)	200.442
Lucro do semestre	–	–	–	–	4.347	4.347
Destinação da reserva legal	–	217	–	–	–	217
Destinação da reserva estatutária	–	–	2.286	–	–	2.286
Ajuste a mercado de títulos públicos	–	–	–	(37)	–	(37)
Saldos em 30 de junho de 2015	202.100	272	2.286	97	–	204.752
Mutações do semestre	–	217	2.286	(37)	1.844	4.310
Saldos em 31 de dezembro de 2015	202.100	534	7.259	(145)	–	209.748
Lucro do semestre	–	–	–	–	3.975	3.975
Destinação da reserva legal	–	199	–	–	(199)	–
Destinação da reserva estatutária	–	–	3.776	–	–	(3.776)
Ajuste a mercado de títulos públicos	–	–	–	420	–	420
Saldos em 30 de junho de 2016	202.100	733	11.035	275	–	214.143
Mutações do semestre	–	199	3.776	420	–	4.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A ("Banco") é subsidiária integral do ICBC - Industrial and Commercial Bank of China Ltd. cuja constituição obteve manifestação favorável da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (BACEN) em 19 de dezembro de 2012. O Banco obteve autorização para funcionamento como banco múltiplo e tem como objetivo a prática de operações com as carteiras comercial e de investimento e autorização para realizar operações no mercado de câmbio, de acordo com as disposições legais e normas do BACEN, tendo iniciado suas operações a partir de setembro de 2013.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Os CPCs aprovados pelo CMN - Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil a serem seguidos pelas Instituições Financeiras são: CPC 01 - R1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Res. CMN nº 3.566 - 29/05/2008; CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Res. CMN nº 3.604 - 29/08/2008; CPC 05 - R1 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Res. CMN nº 3.750 - 30/06/2009; CPC 10 - R1 - Pagamento Baseado em Ações - Res. CMN nº 3.989 - 30/06/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Res. CMN nº 4.007 - 25/08/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Res. CMN nº 3.973 - 26/05/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Res. CMN nº 3.823 - 16/12/2009; CPC 33 - R1 - Benefícios a Empregados - Res. CMN nº 4.424 - 29/06/2015 - com adoção a partir de 01/01/2016. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos, como exemplo: provisão para devedores duvidosos, marcação a mercado dos instrumentos derivativos e impostos diferidos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. Em relação ao CPC 33 aprovado pela Resolução 4.424 do BACEN, com base nas premissas do referido pronunciamento, não haverá impactos relevantes para o ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A, tendo em vista que o Banco não possui nenhum benefício pós-emprego. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 12 de agosto de 2016.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Apuração de resultados: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

Moeda Funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Moeda Moeda funcional e de apresentação do Banco. Os ativos e passivos monetários denominados em reais estrangeiros foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgado pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, quando aplicável e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado. Está incluída as aplicações Interfinanceiras de Liquidez em função do prazo e do objetivo das operações que são de curtíssimo prazo.

Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, a saber: **Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; **Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos - As operações com Instrumentos Financeiros Derivativos, não destinados à hedge, são utilizados para suportar a demanda de clientes e à exposição de variação monetária ou cambial e repassada no mercado, mantendo-se o resultado do "spread" das operações e ambas as posições, tanto ativo quanto passivo são mensurados a valor de mercado, com base na Res. 3.082/Bacen, consistência na Res. 4.277/Bacen, alterada pela Res. 4.389/Bacen.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas por metodologia interna, conforme política de crédito e adaptada em nove níveis de risco, conforme definido na Resolução CMN 2.682/99 e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, é efetuada com base na classificação dos clientes nos níveis de riscos definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, conforme definido na referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, do histórico dos clientes, dos atrasos e das garantias recebidas, quando aplicável. b. Conforme definido no COSIF, as operações de crédito são apresentadas líquidas de rendas a apropriar, que são apropriadas de forma "pro-rata-dia" ao resultado. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. c. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é baseada em análise das operações e da capacidade dos clientes e realizada pela administração, para suportar quanto ao valor de realização de tais créditos, levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação e de cada cliente, as garantias existentes para cada operação, bem como as normas e instruções do BACEN, constantes na Resolução CMN 2.682/99. d. Para operações de Fianças e Garantias, o Banco adota provisão para possíveis perdas, utilizando como base as normas e instruções do BACEN, constantes na Resolução CMN 2.682/99, e sua classificação é registrada no passivo na rubrica "Outras Provisões". Não houve provisão para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

Imobilizado de uso e ativos intangíveis: Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 10% para equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistema de segurança; 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte. A amortização dos ativos intangíveis é calculada também pelo método linear à taxa de 20%. **Passivos circulante e não circulante:** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata dia").

Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil ao ano para imposto de renda e de 15% para a contribuição social acrescida de 5% a partir de setembro de 2015 com base na Lei nº 13.169, de 06.10.2015, com prazo até dezembro de 2018 e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e de diferenças temporárias serão constituídos, se aplicável, em conformidade com a Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. **Redução do valor recuperável de ativos (impairment)** O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*). De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Não identificamos ativos passíveis de reconhecimento de ajuste de "impairment" para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015.

Ativos passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e contingências passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios: **(i) Ativos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo; **(ii) Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são reconhecidos como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e **(iii) Obrigações Legais** - Estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente de avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. **(iv) Benefício aos empregados** - O Banco oferece e tem como política prover alguns benefícios aos colaboradores, sendo todos letivos à Seguro de Vida, Assistência Médica e Odontológica, Vale-alimentação e Vale-refeição. Para os colaboradores expatriados durante sua permanência no Brasil, também é oferecido auxílio à educação aos filhos em idade escolar, sendo cessado no momento do seu retorno ao país de origem.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O Banco, concentra seus recursos em sua conta de reservas junto ao Banco Central do Brasil no valor de R\$ 225, (R\$ 188 em junho de 2015) e disponibilidades em moeda estrangeira junto a banqueros no exterior no valor total de R\$ 64.830 (R\$ 3.025 em junho de 2015). Como conceito de equivalente a caixa, incluí-se as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com liquidação em curtíssimo prazo, no valor de R\$ 106.434 (R\$ 77.780 em junho de 2015).

Caixa e equivalentes de caixa

	Jun/16	Jun/15
Disponibilidades em Moeda	225	188
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	64.830	3.025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	106.434	77.780
Total	171.489	80.993

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão concentradas em Operações Compromissadas-posição bancada com vencimento em curto prazo e Certificado de Depósito Interfinanceiro, conforme demonstrativos abaixo:

Operações compromissadas - Compra com Revenda Lastro

Data da compra	Data de Retorno	Título	Qtde.	Emissão	Vencimento	Valor Aplicado	Valor de Resgate	em 30/06/16
30/06/2016	01/07/2016	LTN	2.848	04/10/2013	01/07/2017	2.500	2.501	2.500
30/06/2016	01/07/2016	LFT	8.632	18/07/2014	01/09/2020	67.999	68.035	67.999
Total			70.499			70.499	70.536	70.499

Data da compra	Data de Retorno	Título	Qtde.	Emissão	Vencimento	Valor Aplicado	Valor de Resgate	em 30/06/15
30/06/2015	01/07/2015	LTN	22.986	04/10/2013	01/07/2017	17.599	17.608	17.599
30/06/2015	01/07/2015	LTN	29.694	09/01/2015	01/01/2019	19.000	19.009	19.000
Total			36.599			36.599	36.617	36.599

Operações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros

Emissor	Emissão	Vencimento	Valor Aplicado	em 30/06/2016
Banco ABC	10/05/2016	08/11/2016	17.000	17.337
Banco Daycoval	19/05/2016	08/11/2016	18.300	18.598
Total			35.300	35.935

Emissor	Emissão	Vencimento	Valor Aplicado	em 30/06/2015
Banco Votorantim	16/01/2015	15/07/2015	39.000	41.181
Total			39.000	41.181

6. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular Bacen nº 3.068/01. Os títulos públicos federais estão custodiados junto à SELIC. E os títulos privados quando aplicável são custodiados na CETIP. O valor de mercado dos títulos públicos representa o valor dos títulos avaliados por preço médio de mercado, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As Debêntures e as Letras Financeiras, classificadas em Títulos e Valores Mobiliários, títulos privados, para fins de marcação a mercado, utiliza-se os mesmos procedimentos de comparação com as entidades custodiantes e de liquidação, porém ambos os títulos mantiveram o valor de curva, pelo fato de não haver negociações desses títulos, tanto no mercado primário, quanto no mercado secundário e a administração dentro de sua análise não observou perdas potenciais nos preços dos papéis. **Títulos disponíveis para venda:** O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "disponíveis para venda" estavam assim apresentados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

14. Ativo permanente

	Em Jun/2016			
	Saldo em Dez/15	Aquisições do Exercício	Depreciação Acumulada	Saldo em Dez/15
Imobilizado				
Móveis e Equipamentos de uso	647	–	(45)	602
Sistema de Processamento de dados	634	15	(113)	536
Sistema de Segurança	341	–	(79)	262
Sistema de Transporte	202	–	(41)	161
Total	1.824	15	(278)	1.561

	Em Jun/2016			
	Saldo em Dez/15	Aquisições do Exercício	Amortização Acumulada	Saldo em Jun/16
Intangível				
Ativo Intangível	50	–	(6)	44
Total	50	–	(6)	44

	Em Jun/2015			
	Saldo em Dez/14	Aquisições do Exercício	Depreciação Acumulada	Saldo em Jun/15
Imobilizado				
Móveis e Equipamentos de uso	725	–	(51)	674
Sistema de Processamento de dados	759	87	(108)	738
Sistema de Segurança	498	–	(80)	418
Sistema de Transporte	285	–	(41)	244
Total	2.267	87	(280)	2.074

	Em Jun/2015			
	Saldo em Dez/14	Aquisições do Exercício	Amortização Acumulada	Saldo em Jun/15
Intangível				
Ativo Intangível	16	–	(1)	15
Total	16	–	(1)	15

15. Captações

Dentre os produtos que o Banco oferece aos seus clientes, destacamos contas-correntes de livre movimentação e em operações vinculadas, assim como a administração de cash management e também depósitos a prazo através de emissão de certificado de depósito a prazo, com vencimento variado, dependendo das necessidades de nossos clientes. A posição ao final de junho de 2016 e 2015 se apresentava:

	Jun/16			
	Sem vencimento	Até 90 dias	Acima 90 dias	Total
Depósitos à Vista	6.819	–	–	6.819
Depósitos a Prazo	–	25.947	14.713	40.660
Total	6.819	25.947	14.713	47.479

	Jun/15			
	Sem vencimento	Até 90 dias	Acima 90 dias	Total
Depósitos à Vista	33.109	–	–	33.109
Depósitos a Prazo	–	2.458	101.776	104.234
Total	33.109	2.458	101.776	137.343

16. Relações interfinanceiras

Refere-se a valores de cobrança remetidos no valor total de R\$ 228 (R\$ 88 em junho 2015), com liquidação de curtíssimo prazo, aguardando compensação pela câmara de liquidação.

17. Recursos em trânsito

Refere-se a transações de Ordens de Pagamentos por conta e ordem de clientes com liquidação em curto prazo, sendo o valor total desses recursos R\$ 14.152 (R\$ 46 em junho 2015).

18. Obrigações por empréstimos no exterior

Refere-se à operação de empréstimo em moeda estrangeira com Banqueiro no exterior, com objetivo de repasse ao financiamento à exportação e importação, com vencimento mínimo de 1 ano, conforme características abaixo:

	Jun/16		
	Principal	Saldo Devedor	Até 360 dias
Banqueiros			
Faixa de Vencimento			
ICBC New York Branch	166.878	167.768	–
Bank of America Merrill Lynch California	64.184	64.278	–
ICBC China - HeadOffice	35.301	35.456	–
ICBC Frankfurt Branch	35.401	35.405	–
Banco do Brasil Tokyo Branch	32.092	32.639	–
Total	333.856	335.546	–

	Jun/15			
	Principal	Saldo Devedor	Até 360 dias	Acima de 360 dias
Banqueiros				
Faixa de Vencimento				
ICBC China - HeadOffice	186.114	46.529	186.913	46.671
ICBC New York Branch	37.223	–	37.300	–
Total	223.337	46.529	224.213	46.671

19. Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias:

	Jun/16	Jun/15
Tributos		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (i)	1.709	1.150
Contribuição Social s/Lucro Líquido (ii)	1.410	715
PIS (ii)	27	21
COFINS (ii)	164	128
Impostos e Contribuições s/Serviços de Terceiros (iii)	12	9
Impostos e Contribuições s/Salários (iv)	454	407
IRRF s/Resgate de Aplicação de Renda Fixa (v)	57	1.168
ISS - Imposto sobre Serviços (vi)	16	2
Provisão para Impostos e Contribuições diferidos (vii)	371	63
Total	4.220	3.663
Cobrança e Arrecadação de Tributos		
IOF a recolher sobre operações de Câmbio (viii)	3	788
Total	3	788

(i) Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente no valor total de R\$ 3.119 (R\$ 1.865 em junho de 2015); (ii) Provisão de PIS e Cofins sobre o lucro no valor total de R\$ 191 (R\$ 149 em junho de 2015); (iii) Provisão de Impostos e Contribuições sobre serviços de terceiros retidos na fonte no valor total de R\$ 12 (R\$ 9 em junho de 2015); (iv) Provisão de Impostos e Contribuições sobre salários no valor total de R\$ 454 (R\$ 407 em junho de 2015); (v) IRRF s/resgate de aplicação em Renda Fixa dos clientes e remessa de juros s/excedente de captação no exterior no valor total R\$ 57 (R\$ 1.168 em junho de 2015); (vi) Provisão de Imposto sobre Serviços a recolher no valor total de R\$ 16 (R\$ 2 em junho de 2015); (vii) Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao valor positivo de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários no valor total de R\$ 371 (R\$ 63 em junho de 2015); e (viii) Provisão de Imposto sobre Operações Financeiras - Câmbio no valor total de R\$ 3 (R\$ 788 em junho de 2015). **b. Provisão para pagamentos a efetuar:** Refere-se basicamente à provisão de Férias e 13º salário e respectivos encargos dos funcionários os quais são provisionados mensalmente com base na quantidade de funcionários e o tempo de serviço prestado. O Banco faz a antecipação de 50% do 13º salário que é pago a todos os funcionários em maio e procede com o recolhimento do INSS do referido adiantamento.

	Jun/16	Jun/15
Provisão sobre férias	670	891
INSS s/Férias	176	251
FGTS s/Férias	54	77
Provisão sobre 13º Salário	3	–
INSS s/13º Salário	65	1
FGTS s/13º Salário	–	67
Outras provisões administrativas (i)	261	–
Total	1.229	1.287

(j) Refere-se à provisão para contratação de prestação de serviços de tecnologia os quais serão desenvolvidos durante o segundo semestre de 2016 no valor total de R\$ 261 (R\$ 223 em junho de 2015).

c. Credores diversos país: Referem-se à provisão para pagamento a empresas prestadoras de serviços contratadas. Para jun/2016 não apresenta saldos em aberto (R\$ 147 em junho de 2015).

20. Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social do Banco é representado por 202.100.000 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00, e seu valor patrimonial é de R\$ 202.100 em 30 de junho de 2016 e 2015. **b. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. **c. Reserva Legal:** Com base na regulamentação vigente, foi constituído o valor de R\$ 199 (R\$ 217 em junho de 2015) de reserva legal na alíquota de 5% com base no resultado apurado. O saldo de Reservas Legais em 30 de junho de 2016 monta R\$ 733 (R\$ 272 em junho de 2015). **d. Reservas Estatutárias:** A administração buscando otimizar os investimentos no Brasil, autorizou a destinação para Reservas Estatutárias com o objetivo de cobrir possíveis prejuízos futuros, futuro aumento de Capital e futura distribuição de dividendos, observando a regulamentação vigente.

Presidente

Mr. Gui cai Zhao

Diretora

Ms. Shuo Wang

Contador

Antonio Carlos Amancio - CRC: 1SP 152.613/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores do **ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Em junho de 2016 foi destinado para esta reserva o valor de R\$ 3.776 (R\$ 2.286 em junho de 2015), após constituição de Reserva Legal. O saldo de Reservas Estatutárias em 30 de junho de 2016 monta R\$ 11.035 (R\$ 2.286 em junho de 2015). **e. Ajuste de avaliação patrimonial:** Representa os ganhos e perdas não realizados, decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "disponíveis para venda", conforme indicado na nota 6. Tais ganhos e perdas são transferidos para as correspondentes contas do resultado na data em que ocorrer a sua efetiva realização financeira, em 30 de junho de 2016 o valor registrado é de R\$ 275 (R\$ 94 em junho de 2015), líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme determina a regulamentação.

21. Despesas diversas

a. Administrativas:

Descrição	Jun/16	Jun/15
Despesa de processamento de dados	855	840
Despesa de alugueis	1.547	1.794
Despesa de condomínio	271	398
Despesa de serviços técnicos especializados	63	43
Despesa de viagem	507	464
Despesa de comunicação	195	141
Despesa de material	46	91
Despesa de transporte	65	52
Despesa de serviços do sistema financeiro	161	111
Despesa de manutenção e conservação	172	46
Despesa de Seguros	13	12
Despesa de Promoções e Relações Públicas	43	62
Despesa de Publicação	64	67
Despesa de água, energia e gás	3	2
Outras despesas administrativas	343	176
Total	4.348	4.299

b. Despesas de pessoal:

Descrição	Jun/16	Jun/15
Benefícios	784	740
Encargos Sociais	1.304	1.594
Proventos	3.474	3.685
Treinamento	38	22
Honorários da diretoria	771	528
Remuneração estagiários	36	8
Total	6.407	6.577

c. Outras Despesas Operacionais: Refere-se basicamente a despesas com depreciação e amortização, bem como perdas financeiras em processos operacionais com cliente no qual o Banco vem tomando as providências necessárias para recuperação desses valores.

22. Receita de prestação de serviços

Receita de prestação de serviços do Banco está constituída basicamente de serviços prestados no exterior para seus clientes, contas administradas, rendas de tarifas e outras, conforme demonstrativo abaixo:

Receita de Serviços	Jun/16	Jun/15
Serviços Prestados Ent. Ligadas	237	–
Comissão de Fianças e Gar. Prestadas	160	36
Rendas Contas Administrada	24	28
Rendas Tarifas Bancárias	90	32
Rendas Emissão Ordem de Pagamento	130	1
Outras	18	6
Total	659	103

23. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

O Banco apresentou base tributável para cálculo do imposto de renda e contribuição social para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015. O Banco adota o critério de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social com base no Lucro Real sob o regime de antecipação pelos métodos de suspensão e redução e receita bruta e acréscimos, procedendo com o recolhimento mensal em contrapartida à compensação dos valores já antecipados mensalmente. As antecipações montam o saldo de R\$ 2.910 (R\$ 1.505 em junho de 2015), conforme demonstrado na nota 12.

a. Despesas tributárias:

Tributos	Jun/16	Jun/15
Federais		
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	2	–
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	58	73
Pis/Cofins s/Importação	–	60
PIS	143	116
COFINS	878	717
Outros	16	–
Estaduais		
IPVA	12	13
Tributos Estaduais - Outros	–	3
Municipais		
Imposto sobre Serviços - ISS	33	5
Outros	106	–
Total	1.248	987

b. Imposto de renda e contribuição social:

	Jun/16		Jun/15	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	7.094	7.094	6.220	6.220
Adições (Exclusões)	(43)	(43)	(1.456)	(1.456)
Despesas não dedutíveis	393	393	245	245
Provisão para pagamento de fornecedores	–	–	–	–
Provisão para pagamento de bônus	(1.052)	(1.052)	(700)	(700)
Provisão para operação de crédito	252	252	(502)	(502)
Ajuste ao valor de mercado - T.V.M. e Derivativos	844	844	–	–
Provisão para pagamento de consultoria	(57)	(57)	(76)	(76)
Amortização fiscal	(423)	(423)	(423)	(423)
Valor-base para tributação	7.051	7.051	4.764	4.764
Alíquotas	15% e 10%	20%	15% e 10%	15%
Total	(42)	(29)	(29)	(29)
Total IRPJ e CSLL devidos no período	1.709	1.410	1.150	715

Despesas de imposto de renda e contribuição social: As despesas de IRPJ e CSLL correntes, respectivamente, nos valores de R\$ 1.709 e R\$ 1.410 referem-se à contrapartida das provisões de IRPJ e CSLL reconhecidas neste primeiro semestre de 2016. Para o mesmo período até junho de 2015 apresentavam os valores de R\$ 1.150 e R\$ 715, respectivamente para IRPJ e CSLL. O saldo a maior reconhecido na despesa de CSLL, no valor de R\$ 7, refere-se a ajuste efetuado no ano-calendário de 2014. A Lei nº 13.169, de 06.10.2015, alterou temporariamente a alíquota de Contribuição Social aplicável às instituições financeiras e assemelhadas, de 15% para 20% no período compreendido entre 01.09.2015 a 31.12.2018. A partir de 01.01.2019, a alíquota aplicável volta a ser de 15%. Como resultado da majoração temporária da alíquota de contribuição social, os impostos correntes foram calculados às alíquotas de 15% até 31.08.2015 e 20% a partir de setembro de 2015.

c. Créditos tributários não reconhecidos, de acordo com a natureza e origem:

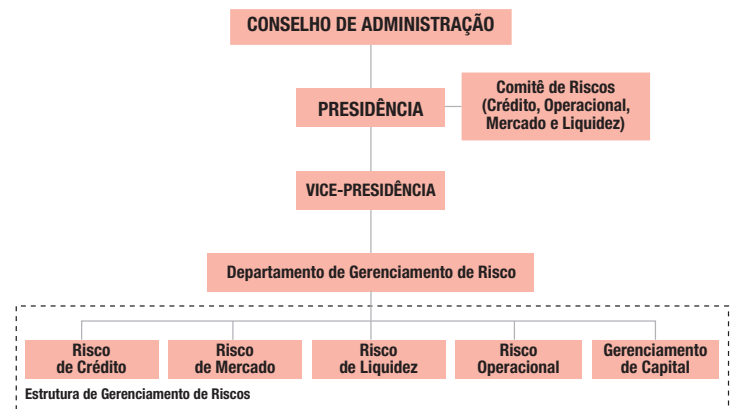
Descrição	Jun/16	Jun/15
Provisão para pagamento de consultoria - IRPJ/CSLL	–	–
Ajuste ao valor de mercado - T.V.M. e Derivativos - IRPJ/CSLL	380	–
Provisão para pagamento de fornecedores - IRPJ/CSLL	117	–
Provisão para perda em operações de crédito - IRPJ/CSLL	113	197
Total	610	197

Em 30 de junho de 2016, os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$ 610 (R\$ 197 em junho de 2015) referem-se a diferenças temporárias. Contudo, a administração tomou a decisão de não constituir ativo fiscal diferido para o semestre findo em junho de 2016 em função de entender que os elementos para constituição ainda não atingem o patamar para a referida constituição nos termos do art. 1º, II, da Resolução BACEN 3.355/2002.

24. Gerenciamento de riscos

Riscos e controles: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros decorrentes dos negócios do Banco são: o risco de crédito, o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco operacional abaixo definidos. **Estrutura organizacional de gestão de riscos:** O ICBC do Brasil conta com um departamento de gerenciamento de riscos independente da sua área negócios e de auditoria - o Departamento de Gerenciamento de Riscos - DGR - que tem por responsabilidade identificar, mensurar e monitorar continuamente os riscos de crédito, operacional, mercado e de liquidez, enfatizando o compromisso da instituição em assegurar um gerenciamento adequado e consonante com as exigências do regulador e aos conceitos emanados pelo novo acordo de capitais da Basileia. A estrutura organizacional para o gerenciamento de riscos no ICBC do Brasil conta com a participação diretiva, mediante o funcionamento de comitês de riscos presididos pela alta administração que estabelecem as políticas e diretrizes para o acompanhamento dos riscos. O comitê de gerenciamento de riscos é composto pelo departamentos de Gerenciamento de Riscos, Fianças, Departamento de Operações, Tesouraria e Controles Internos & Compliance, podendo ser convocadas outras áreas, caso existam demandas ou outros itens a serem deliberados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos



Risco de Crédito: O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A define o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito é monitorado, controlado e supervisionado por uma área independente da área de negócios e auditoria, o Departamento de Gerenciamento de Risco (DGR), o qual, por meio de sistemas, controla e monitora a aderência à política e aos riscos de crédito, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de crédito. A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito possui diretoria responsável e foi estabelecida em consonância com os normativos da Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 30 de abril de 2009. **Risco de Mercado:** O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A define o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da variação de fatores de risco, como taxa de juros, taxas de câmbio, índices e preços. A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado possui diretoria responsável e foi estabelecida em consonância com os normativos da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN). **Risco de Liquidez:** O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A define o risco de liquidez como o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Define-se, também, como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui diretoria responsável e foi estabelecida em consonância com os normativos da Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN). **Risco Operacional:** O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional possui diretoria responsável e foi estabe